



Gerardo Magela/Agência Senado



Cícero Lucena, Eduardo Braga, José Sarney e Romero Jucá durante sessão de ontem: proposta teve o apoio unânime dos senadores e segue para sanção presidencial

Financiamento para pessoa com deficiência será facilitado

Projeto de lei de conversão aprovado ontem no Senado autoriza a União a conceder subvenção econômica de R\$ 25 milhões por ano a instituições oficiais para financiar operações de crédito destinadas à aquisição de serviços e bens como plataforma elevatória e carro adaptado

Todos os partidos apoiaram o projeto, que segue agora para sanção e resultou de modificações feitas pela Câmara na Medida Provisória 550/11. O relator, Lindbergh

Farias, elogiou o trabalho da relatora na Câmara, deputada Mara Gabrilli, que ficou tetraplégica em consequência de um acidente de carro em 1994. Vários senadores destacaram a con-

tribuição da medida para assegurar o exercício da cidadania às pessoas com deficiência, facilitando a aquisição de produtos e tecnologias que ampliam sua autonomia. **3**

Comissão aprova fim do “14º e 15º salários” dos parlamentares **5**



Gerardo Magela/Agência Senado

Lindbergh Farias foi o relator do projeto, que será agora submetido à Mesa do Senado e ao Plenário



José Cruz/Agência Senado

O relator José Pimentel, entre Delcídio e Lobão Filho, na reunião em que foi aprovada a proposta

Fundo de pensão dos servidores avança e deve ter nova votação hoje **4**

Líderes priorizam novo pacto federativo **2**

Supremo deverá esclarecer rito de MPs **2**

Faltam recursos para combater violência contra as mulheres

Em audiência da CPI da Violência contra a Mulher, orçamentos estaduais insuficientes foram criticados. **8**

Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy com a deputada Jô Moraes (E), presidente da CPI mista



Lirio de Paula/Agência Senado

Idosos poderão se beneficiar da educação voltada a jovens e adultos **7**

Procurador pede ao STF abertura de inquérito sobre Demóstenes **6**

Líderes disseram ontem que falta de consenso sobre reforma política impede definição de agenda para votar matérias. A Casa deve, então, se dedicar às soluções para os conflitos entre membros da Federação

Senado vê pacto federativo antes da reforma política

A FALTA DE consenso em relação à maior parte dos temas da reforma política deve levar o Senado a se dedicar à análise dos projetos que tratam do pacto federativo. A informação foi dada pelo líder do PT, Walter Pinheiro (BA), após reunião de líderes com o presidente da Casa, José Sarney, realizada ontem.

Segundo Pinheiro, projetos que tratam de temas como os fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM), o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), a tributação do comércio eletrônico e a distribuição dos royalties do petróleo formam uma pauta extensa e devem estar entre as prioridades do Senado.

Para o líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), a questão do FPE pede urgência, em razão de determinação do Supremo Tribunal Federal (STF) para que o Congresso defina novas regras de partilha. O atual modelo de distribuição de recursos,



Walter Pinheiro, líder do PT: entendimento não é total nem no mesmo partido

considerado inconstitucional pela corte, vale apenas até 31 de dezembro deste ano.

— Se não deliberarmos até o meio do ano, vamos ter dificuldades para cumprir a votação até o prazo final — disse Alvaro, lembrando que a matéria terá de passar também pela Câmara dos Deputados.

Reforma política

Walter Pinheiro afirmou que a falta de consenso sobre a reforma política ainda impede definição de agenda

para votação de projetos relacionados ao tema.

De acordo com Alvaro Dias, o Senado tentará um entendimento com a Câmara para agilizar a votação das matérias já aprovadas pelos senadores.

Para Sarney, é preciso que os líderes encontrem os temas em que há mais consenso para votar as matérias “uma a uma”.

— As opiniões são as mais diversas e desencontradas. É difícil encontrar um consenso, mas isso faz parte do Parlamento — afirmou.

Governador pede urgência em empréstimo

O governador de Pernambuco, Eduardo Campos, solicitou ontem ao presidente do Senado, José Sarney, urgência na votação de proposta que autoriza o governo do estado a contrair empréstimo de US\$ 500 milhões junto ao Banco Mundial (Bird). No encontro, ele estava acompanhado dos senadores do PSB Lídice da Mata (BA) e Antonio Carlos Valadares (SE).

O Banco Mundial aprovou a concessão do empréstimo na semana passada. A soma a ser liberada

para Pernambuco faz parte de US\$ 3,5 bilhões autorizados para estados do Nordeste.

A expectativa, conforme o governador, é de que a concessão do empréstimo seja autorizada até 10 de abril, quando o Conselho de

Diretores do Banco Mundial analisará a possibilidade de novos investimentos na região.

— Pedimos ao presidente Sarney, junto com a bancada do PSB, urgência para que a solicitação possa ir à Comissão de Assuntos Econômicos e ao Plenário a tempo de poder ser assinado até dia 10 — explicou Eduardo Campos.

Segundo o governador, os recursos serão aplicados, prioritariamente, na construção de escolas, melhoria da malha rodoviária e na área de saúde.



Lídice e Valadares (D) acompanham Eduardo Campos

Mozarildo homenageia Justiça Eleitoral de Roraima



Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) homenageou ontem o Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, que está completando 20 anos.

O senador lembrou que Roraima se tornou estado com a Constituição de 1988, mas somente em 1992 a Justiça Eleitoral foi desvinculada do Amazonas. Ele elogiou as campanhas do tribunal para aproximar a Justiça Eleitoral do cidadão.

Mozarildo disse que o povo de Roraima espera que o tribunal se aperfeiçoe cada vez mais, exercendo a fiscalização e evitando fraudes eleitorais.

Suplicy apresenta voto de pesar por Chico Anysio

Eduardo Suplicy (PT-SP) encaminhou ontem voto de pesar pela morte do humorista Chico Anysio. O senador apresentou condolências à família do humorista.

Suplicy disse ter acompanhado a trajetória de Chico desde a década de 1950, quando o artista começou a carreira no rádio, e admitiu ter ficado incomodado com a personagem Márcia Suplicy, aluna da Escolinha do Professor Raimundo, paródia da senadora Marta Suplicy (PT-SP), à época mulher do senador. Ressaltou, no entanto, que as criações do comediante não saíram mais do inconsciente popular.



Senado pedirá esclarecimentos ao STF sobre tramitação de MPs

O Senado pedirá esclarecimentos ao Supremo Tribunal Federal (STF) sobre como deve ser o rito das medidas provisórias. Decisão recente do STF reforçou a obrigatoriedade de as medidas passarem pela análise de uma comissão mista do Congresso antes de serem votadas pelos Plenários da Câmara e do Senado.

Segundo o presidente do Senado, José Sarney, a decisão do STF provocou divergência de interpretação entre senadores. Ele acrescentou que pedirá ao presidente da Câmara dos Deputados, Mar-

co Maia, maior agilidade na apreciação da proposta que modifica a tramitação das MPs (PEC 11/11). A matéria foi aprovada pelo Senado em agosto.

O líder do PT, Walter Pinheiro (BA), também pediu que a Câmara vote a PEC das MPs, para que o Congresso não fique submetido a uma interpretação do STF.

— Qual é o rito processual a ser adotado na comissão mista para apreciar as medidas provisórias? Quais os prazos? Ninguém sabe — questionou o senador.

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após às 19h25 serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://www.senado.gov.br/atividade/agenda/default.asp>

Plenário Pagamento de precatórios

14h Entre as matérias da pauta da sessão deliberativa, proposta de emenda à Constituição que amplia o prazo de adesão ao regime especial de precatórios até 31 de dezembro de 2012.

Presidência Incor e Fundação Zerbini

12h O senador José Sarney recebe Roberto Kalil e Gustavo Ribeiro, do Incor e da Fundação Zerbini. Às 16h, preside a ordem do dia.

CAS Aposentadoria dos servidores

9h Reunião da Comissão de Assuntos Sociais analisa projeto que estabelece regime de previdência complementar para servidores federais. Outra proposta trata de reserva de habitações a idosos de baixa renda em programas do governo.

CCT Universalização das telecomunicações

9h30 A Comissão de Ciência e Tecnologia examina projeto que permite uso do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) no serviço móvel pessoal. Analisa também permissões para emissoras de rádio e TV em todo o país.

CCJ Previdência do funcionalismo

10h A Comissão de Constituição e Justiça analisa, em regime de urgência, projeto que cria sistema de previdência complementar para servidores públicos federais. Outro projeto altera o regulamento administrativo do Senado.

CE Educação na Finlândia

10h Titta Maja, conselheira em Comércio e Educação do Ministério das Relações Exteriores da Finlândia, participa de debate na Comissão de Educação, Cultura e Esporte sobre o sistema educacional de seu país.

CAE Empréstimo a Pernambuco

13h30 A Comissão de Assuntos Econômicos examina mensagem de operação de crédito externo, no valor de até US\$ 500 milhões, em apoio ao Programa de Desenvolvimento das Políticas Públicas de Pernambuco.

CAE/CI Audiência sobre a Celpa

14h Audiência pública para discutir situação da Centrais Elétricas do Pará (Celpa). As comissões de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infraestrutura vão ouvir o presidente da Eletrobras, José da Costa Carvalho Neto.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao

Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Projeto dispensa nova perícia em deficientes para isenção de IPI

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto de Pedro Taques (PDT-MT) que elimina a exigência de laudo de avaliação de pessoas com deficiências a partir da segunda aquisição de automóvel com isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Como recebeu decisão terminativa, o projeto deverá seguir agora diretamente para a Câmara dos Deputados, exceto se aprovado recurso para exame em Plenário.

Na proposta (PLS 323/11), Taques justifica que a primeira compra já requer comprovação de que a deficiência tem caráter permanente e irreversível. O senador alega que a norma atual gera desperdício de recursos com a realização desnecessária de novas inspeções médicas.

O relator, Lobão Filho (PMDB-MA), que substituiu Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), concordou que a desburocratização do processo trará benefício para todos: o comprador do veículo, o vendedor e também o governo.

O relatório de Lobão Filho na CAE desconsiderou parecer da Comissão de Direitos Humanos (CDH) contra o projeto. Ele destacou que o Senado já havia aprovado o PLS 330/08, que seguiu para a Câmara (onde tramita como PL 7.826/10) e dispensa o próprio exame médico-pericial em pessoas com deficiência permanente quando o objetivo é instruir processo de concessão ou manutenção de benefícios. Para o relator, por ser mais abrangente, essa proposta envolverá mais debates, o que tende a dificultar sua transformação em lei. No entender dele, enquanto a proposta na Câmara estiver sendo discutida, não seria “nem lógico nem correto” barrar a continuidade da tramitação de outra proposição, ainda que menos abrangente.

Financiamento de produto para pessoa com deficiência é facilitado

Senado aprovou MP que auxilia aquisição de cadeiras de roda, equipamentos de braille e outros bens e serviços de tecnologia assistiva

MEDIDA QUE AUTORIZA a União a subvencionar os bancos oficiais com R\$ 25 milhões por ano para que eles possam financiar a aquisição de cadeiras de roda, carros adaptados, programas de computador específicos, equipamentos de braille e outros bens e serviços de tecnologia assistiva para pessoas com deficiência foi aprovada ontem no Senado. Todos os partidos apoiaram o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 6/12, que segue agora para sanção presidencial.

De acordo com o texto, resultante de modificações feitas pela Câmara na MP 550/11, poderão ser financiados bens e serviços que ampliem ou proporcionem habilidades funcionais e o acesso a canais de comunicação pelas pessoas com deficiência. O limite de renda mensal para enquadramento como beneficiário do financiamento será definido por ato interministerial.

O relator, Lindbergh Farias (PT-RJ), destacou os recentes esforços do Congresso para dar mais autonomia e emancipação às pessoas com deficiência. Segundo Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), a aprovação da matéria demonstra respeito aos direitos registrados na Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, documento já ratificado pelo Congresso, e, portanto, com *status* constitucional no Brasil.

De acordo com o IBGE, disse Ana Rita (PT-ES), o Brasil possui cerca de 45 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência. Os equipamentos e tecnologias assistivos custam caro e acabam inacessíveis à maior parte dessas pessoas. Por isso, o acesso



José Sarney e Lindbergh Farias (D) cumprimentam a deputada Mara Gabrilli

ao financiamento será tão importante, afirmou.

Alvaro Dias (PSDB-PR) destacou que a medida garantirá o efetivo exercício dos direitos de cidadania para quem possui alguma deficiência. Wellington Dias (PT-PI) disse que votou com “alegria” no projeto por ter acompanhado de perto o trabalho da instituição Tutubarão, no Rio Grande do Norte, e a dificuldade da entidade em conseguir recursos para suas ações.

Lúcia Vânia (PSDB-GO) afirmou que “o Brasil ainda engatinha em relação a quesitos tão básicos como um ambiente urbano minimamente adaptado a quem possui necessidades especiais”. Para Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), “medidas como o PLV 6/12 começam a pagar a dívida que o Brasil tem com as pessoas com deficiência”.

Na avaliação de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), a sociedade ainda não atingiu a inclusão social tão almejada. Randolfe

Rodrigues (PSOL-AP) disse que a MP “supre uma lacuna das políticas públicas do estado brasileiro”.

— As pessoas não querem pena ou caridade, mas inclusão e a afirmação de políticas públicas — afirmou.

Walter Pinheiro (PT-BA) citou o pesquisador Miguel Nicolelis, codiretor do Centro de Neuroengenharia da Universidade Duke, nos Estados Unidos, que, em audiência no Senado, propôs que duas crianças paraplégicas, usando uma vestimenta robótica desenvolvida por sua equipe, deem o chute inicial da Copa do Mundo no Brasil em 2014.

Romero Jucá (PMDB-RR), Lídice da Mata (PSB-BA), Pedro Simon (PMDB-RS) e José Agripino (DEM-RN) também citaram a importância da MP, elogiaram o relatório da deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP), transformado em PLV na Câmara, e a dedicação de Lindbergh, pai de uma menina com deficiência, ao tema.

Subvenção poderá ter valor aumentado

De acordo com o PLV 6/12 — medida aprovada ontem que facilita o financiamento de bens e serviços capazes de garantir mais independência às pessoas com deficiência —, a subvenção econômica concedida pela União às instituições financeiras virá na forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros.

Equalização de juros corresponde ao diferencial entre o encargo do mutuário final (tomador do financiamento) e o custo da fonte de recursos, acrescido da remuneração da instituição financeira.

Compete ao Ministério da Fazenda definir a taxa de juros e demais encargos que poderão ser cobrados dos mutuários pelas instituições financeiras, levando em consideração a renda do mutuário, com previsão de custos efetivos menores para aqueles de renda mais baixa.

Mudança feita pela relatora na Câmara, Mara Gabrilli — que é tetraplégica desde 1994 —, procurou garantir que o valor de R\$ 25 milhões em subvenções possa vir a ser aumentado, de acordo com a disponibilidade orçamentária. A renúncia fiscal estimada com a medida é de R\$ 16,9 milhões em 2012 e de R\$ 17 milhões em 2013. Segundo a deputada, R\$ 100 milhões deverão estar disponíveis para empréstimo com essa subvenção. O Senado aprovou o texto de Mara Gabrilli sem alterações.

Comissão escolhe Jucá relator do Orçamento

Por aclamação, o deputado federal Paulo Pimenta (PT-RS) foi eleito presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO) para 2012. Ele substituirá Vital do Rego (PMDB-PB), que presidiu a comissão em 2011.

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) será o 1º vice-presidente da CMO. O deputado Reinaldo Azambuja (PSDB-MS) foi nomeado 2º vice-presidente. A 3ª vice-presidência ficará a cargo de Vicentinho Alves (PR-TO).

Romero Jucá (PMDB-RR) foi

designado relator do projeto de Lei Orçamentária de 2013. A indicação foi feita pelo líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL). Jucá acaba de deixar a liderança do governo no Senado.

Para o relator, o desafio da CMO será “fazer um bom Orçamento, que possa ser realizável, e lutar para que as práticas orçamentárias se fortaleçam para que cheguemos um dia ao orçamento impositivo”.

Jucá lembrou que relatou o Orçamento em 2004 e disse

ter consciência de que a construção da peça orçamentária tem caráter coletivo. Como relator, ele disse que abrirá espaço para ouvir conselhos e demandas.

— Vou precisar muito da ajuda de todos — afirmou.

O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias deve ser encaminhado pelo Executivo ao Congresso até 15 de abril e devolvido para a sanção presidencial até 17 de julho. Caso contrário, a sessão legislativa não será interrompida para o recesso parlamentar.

Senado oferece a partir de hoje acesso ao Banco de Questões de Ordem

A partir de hoje, o Senado oferecerá ao cidadão, em sua página na internet, acesso ao Banco de Questões de Ordem, que são dúvidas apresentadas pelos senadores sobre interpretação ou aplicação do Regimento Interno. Para ver os questionamentos, além das decisões e esclarecimentos apresentados pela Presidência da Casa, basta acessar o site do Senado (www.senado.gov.br) e entrar em “Acesso Rápido”, do lado direito da página, e depois clicar em “Questão de Ordem”.

Segundo a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, o Banco de Questões de Ordem e Decisões da Presidência do Senado, na primeira etapa, abrange os anos de 2009 a 2011. O objetivo da iniciativa, disse, é dar cada vez mais transparência ao processo legislativo no Senado.

Projeto de lei foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos e ainda terá de passar por outras duas comissões e pelo Plenário; Randolfe pediu sua rejeição

Fundo de pensão do servidor avança no Senado

COM APOIO DA oposição, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem o projeto que limita as aposentadorias dos servidores públicos federais ao teto do INSS — hoje, R\$ 3.916,20. Pelas regras atuais, há servidores que conseguem se aposentar com o mesmo salário da ativa.

O projeto (PLC 2/12), que também regulamenta a previdência complementar dos servidores federais, agora deverá ser votado pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS). Depois, irá para o Plenário.

A CAE acolheu o relatório favorável do relator, José Pimentel (PT-CE), e recusou o voto em separado de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), que pedia a rejeição do projeto.

Senadores da oposição, como Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Alvaro Dias (PSDB-PR), disseram que o projeto poderia ser aperfeiçoado, mas não criaram obstáculo à aprovação.

A equiparação da previdência dos servidores aos valores do INSS está prevista na Emenda Constitucional 20/98, proposta pelo ex-presidente Fernando Henrique, do PSDB.

Aloysio Nunes afirmou que o regime do INSS atende a 25 milhões de brasileiros e tem déficit de R\$ 36 bilhões, enquanto a previdência dos servidores apresenta rombo de R\$ 56 bilhões com a manutenção de 1,1 milhão de aposentadorias e pensões.

Após dizer que a situação é “injusta e regressiva”, ele questionou a razão de se defender um sistema “tão iníquo”.

Alvaro lembrou que a regulamentação da emenda de 1998 foi rejeitada pelos atuais defensores do PLC 2/12. Ele se referia à primeira tentativa feita nesse sentido, na tramitação de um projeto de lei (PLP 9/99), ao qual o PT, então na oposição, fez duras críticas.

Os argumentos do PT na época e hoje foram também a base do voto de Randolfe. Ele questionou a razão de só agora, 14 anos após a alteração constitucional, a regulamentação ser votada. Ele citou a “extraordinária resistência” da oposição contra o projeto do governo do PSDB.



Valdir Raupp, Renan Calheiros, Waldemir Moka, Delcídio do Amaral e Lobão Filho na comissão

Comissões analisarão projeto hoje

O líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), afirmou que o projeto institui “salvaguardas efetivas” na aplicação dos recursos da previdência complementar dos servidores públicos, que serão feitas por três entidades fechadas (do Executivo, do Legislativo e do Judiciário).

O projeto, na avaliação de Braga, vai assegurar uma redução gradual e segura do déficit da previdência, sem afetar direitos adquiridos pelos atuais servidores. Além disso, acrescentou,

“corrigirá injustiça” citada por Aloysio Nunes em sua análise sobre o déficit das duas previdências (a do servidor e a do regime geral).

Ontem, a CCJ fez uma reunião extraordinária, em que José Pimentel leu seu relatório favorável ao PLC 2/12. Em seguida, o presidente da comissão, Eunício Oliveira (PMDB-CE), concedeu vista coletiva do projeto e anunciou sua inclusão na pauta da reunião de hoje, como primeiro item. Também está prevista para hoje a votação na CAS.

Para Randolfe, só bancos estão felizes

No voto em separado, Randolfe Rodrigues disse que apenas um setor da economia está “feliz da vida” com a proposta: os bancos.

Randolfe questionou onde os bancos — “os gerentes dos recursos dos fundos de pensão” — investirão o dinheiro dos servidores públicos. Para ele, “investir a aposentadoria futura dos servidores em papéis podres, num mercado que transforma fortunas em lixo do dia para a noite, é uma grande temeridade”.

Roberto Requião (PMDB-PR) também criticou o projeto. Ele citou

“experiências desastrosas” ocorridas no Chile, na Argentina e nos EUA decorrentes de semelhante solução.

De acordo Requião, os aposentados chilenos só recebem hoje um terço dos valores de seus proventos, devido aos resultados desfavoráveis das aplicações dos recursos.

Requião disse que, em curto prazo, a mudança aumentará o déficit da previdência, cujas contas, em sua avaliação, teriam resultado positivo somente após 60 anos. O objetivo, segundo ele, é aumentar o volume de receitas administradas pelos bancos.

Constituição respalda cota racial, dizem especialistas

A implantação de uma política de cotas raciais nos concursos públicos foi tema de audiência pública na Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Os participantes argumentaram que as políticas afirmativas têm embasamento constitucional e são uma forma de reduzir as desigualdades sociais.

A secretária-geral de Contencioso da Advocacia-Geral da União (AGU), Grace Maria Mendonça, observou que as ações afirmativas devem ter caráter transitório — até que haja igualdade de condições sociais para todos.

O secretário executivo da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Mário Theodoro, concordou:

— As cotas não vêm como algo por tempo indeterminado, mas para

mitigar um problema de desigualdade no acesso à educação. Será que queremos continuar a ter a elite cultural que tivemos até hoje e que não tem nada a ver com o seu povo? — questionou.

O coordenador da Comissão de Direitos Humanos da Procuradoria-Geral do Rio Grande do Sul, Carlos Cesar D’Elia,

criticou a ideia de que as pessoas que utilizam cotas não têm méritos.

— A meritocracia é um argumento cínico. Fala-se em mérito pessoal sem considerar as condições em que as pessoas vivem. Estabelece-se acesso desigual à formação e depois se cobra mérito.



Grace Maria Mendonça, da Advocacia-Geral da União, fala sobre cotas para negros em concursos

Maior do Brasil

Fundos

Até **180 dias** após publicação do regulamento do Funpresp no *Diário Oficial da União*, surgirão três entidades que cuidarão da previdência complementar dos servidores federais que desejarem receber mais de **R\$ 3.916,20**:

- **Funpresp-Exe** (aporte inicial de **R\$ 50 milhões**)
- **Funpresp-Leg** (**R\$ 25 milhões**)
- **Funpresp-Jud** (**R\$ 25 milhões**)

O Funpresp-Exe será o maior fundo de pensão do país.

Teto

Quem entrar no serviço público a partir daí deverá descontar **11%** sobre **R\$ 3.916,20**, semelhante à iniciativa privada. Quem quiser uma aposentadoria superior deverá contribuir com o fundo de pensão do respectivo Poder.

Haverá **contrapartida** da União, no mesmo percentual do empregado, limitada a **8,5%** da parte do salário que exceder a R\$ 3.916,20. Quem ganhar menos do que R\$ 3.916,20 poderá contribuir com o fundo, mas sem contrapartida.

Modalidade

Contribuição definida. O que estará definido previamente será a contribuição, não o valor do aposentadoria, que dependerá da rentabilidade do fundo. Os atuais servidores terão dois anos para optar pelo novo sistema.

Impacto financeiro

Inicialmente, a despesa pública com o novo regime aumentará, o que deverá ser compensado em longo prazo. Uma das razões é que a redução da arrecadação, decorrente do teto de R\$ 3.916,20, coincidirá com o dispêndio por parte do Erário para os aportes aos novos fundos de pensão.

Estudo de Marcelo Caetano, do Ipea, indica que o novo regime provocará aumento de despesa de **0,04%** do PIB no primeiro ano. Gasto crescerá nos primeiros 15 anos, até **0,11%** do PIB, depois decrescendo até ser zerado no 28º ano. A previsão é que, em 55 anos, a economia será de **0,22%** do PIB.

Aposentadorias e pensões dos servidores saltaram de **R\$ 10 bilhões** em 1995 para **R\$ 52 bilhões** em 2011.

Proposta beneficia negro, pardo e índio

Paulo Paim (PT-RS) pediu ao presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Eunício Oliveira (PMDB-CE), que coloque em votação o projeto que prevê cotas nas universidades federais para estudantes negros, pardos e indígenas (PLC 180/08).

A proposta é da deputada Nice Lobão (PSD-MA). A relatora do projeto, Ana Rita (PT-ES), já apresentou parecer pela sua aprovação.

Na avaliação de Paim, o debate sobre cotas no serviço público fortalece a aprovação do projeto de cotas nas universidades, que tramita na CCJ:

— Depois dessa audiência, não tenho dúvida de que os senadores da CCJ vão aprovar o projeto por unanimidade.

Comissão vai examinar relatório do TCU sobre agências reguladoras

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) decidiu ontem analisar em profundidade um relatório sobre as agências reguladoras. O material elaborado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) será submetido a vista coletiva.

— O relatório é pesado e penso que mandá-lo para o arquivo, como propõe o relator Ivo Cassol [PP-RO], seria pouco — disse Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

Uma das ideias é fazer audiência pública sobre os problemas identificados pelo TCU e as sugestões para melhorar o desempenho, o grau de autonomia e a correção dos procedimentos das agências — entre elas, a do setor de telecomunicações, Anatel, e a da aviação civil, Anac.

O parecer de Cassol foi apresentado por Ana Amélia (PP-RS), como substituta. A decisão pela vista coletiva foi tomada depois de ponderações de Aloysio.

Quarentena

A respeito da autonomia das agências, uma sugestão do TCU é estender para pelo menos 12 meses o tempo durante o qual os dirigentes devem ficar impedidos de exercer funções no setor privado que tenham relação com a atividade regulada.

Aloysio lembrou que o “trânsito entre o setor público e o setor privado” foi assunto debatido pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR), durante a recente discussão da indicação de Bernardo Figueiredo para novo mandato como diretor-geral da Agência Nacional dos Transportes Terrestres (ANTT). A indicação acabou sendo derrubada em Plenário.

Quanto à autonomia financeira, o senador observou que as agências vivem situação “muito delicada”, sempre às voltas com o contingenciamento de recursos, insuficiência de dotações e déficits permanentes.

Aloysio destacou ainda a insuficiência de controle social nas agências reguladoras, com baixa participação da sociedade no processo. O TCU recomenda que o Senado estude a viabilidade de adotar maior rigor na avaliação dos candidatos ao cargo de direção das agências.

O senador contou com o apoio de Ana Amélia, a relatora substituta, para que novas ações sejam adotadas. Com relação à audiência sugerida, Aloysio considerou ser importante convidar o presidente do TCU, Benjamin Zymler, e também diretores das agências reguladoras.

Proposta ainda será analisada pela Comissão Diretora do Senado e pelo Plenário antes de seguir para a Câmara. Em seu relatório, Lindbergh diz que os auxílios se justificavam na época em que congressistas viajavam para a capital somente no início e no fim da sessão legislativa

Comissão aprova fim de “14º e 15º salários” dos parlamentares

SENADORES E DEPUTADOS federais deixarão de receber os chamados 14º e 15º salários, segundo projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O projeto seguirá para a Comissão Diretora do Senado, depois para o Plenário e, se aprovado, vai para a Câmara dos Deputados.

O corte foi estabelecido em projeto de decreto legislativo (PDS 71/11) da senadora licenciada Gleisi Hoffmann (PT-PR) — atual ministra-chefe da Casa Civil da Presidência da República — e limita o pagamento dessa ajuda de custo ao início e final do mandato parlamentar.

O relator do projeto na CAE, Lindbergh Farias (PT-RJ), votou favoravelmente ao corte e explicou que o auxílio financeiro foi criado para compensar despesas dos deputados e senadores com mudança e transporte dos locais onde residiam para Brasília. Avaliou que o pagamento do benefício nesses moldes se justificava “na

época em que os transportes eram precários e os parlamentares se deslocavam para a capital do país a cada ano e lá permaneciam até o final da sessão legislativa, quando, só então, retornavam aos seus estados, para se reunir com os eleitores”.

O fato de os congressistas retornarem semanalmente

a sua base eleitoral, como acontece hoje, dispensaria a manutenção do pagamento dessa ajuda de custo duas vezes ao ano. Lindbergh também não admite que o benefício permaneça inalterado sob o argumento de que funcionaria como complementação financeira.

— Fiz um relatório sóbrio

e não compartilho com os segmentos que tentam demonizar o Senado como se fosse uma Casa de privilégios. Hoje temos que fazer uma adequação. Não dá para explicar ao trabalhador a existência de uma ajuda de custo que é confundida com 14º e 15º salários — ressaltou Lindbergh.



Relator do projeto, Lindbergh Farias, conversa com o senador José Pimentel durante a reunião que aprovou o fim dos auxílios

Projeto recebe elogios e sugestões

O corte de benefícios previsto no PDS 71/11 é importante para o fortalecimento institucional do Senado e um exemplo a ser dado à sociedade e ao Poder Legislativo nos estados e municípios, na opinião de Sérgio Souza (PMDB-PR), Valdir Raupp (PMDB-RO), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), José Agripino (DEM-RN), Ana Amélia (PP-RS) e Eduardo Suplicy (PT-SP). Esses senadores elogiaram o parecer do relator na CAE, Lindbergh Farias.

Apesar de se dizer a favor do corte na ajuda de custo, Cyro Miranda (PSDB-GO) afirmou que “um senador da República ganhar pouco mais

de R\$ 19 mil não é condizente com sua atividade”.

Benedito de Lira (PP-AL) também sugeriu ao relator incluir, na esteira de cortes na remuneração dos parlamentares, o 13º salário. Ana Amélia, por sua vez, propôs emenda para impedir que ministros de estado “engordem” seus vencimentos com a representação paga por conselhos de empresas estatais. Lindbergh rejeitou as duas alterações, mas, no caso de Ana Amélia, considerou adequado tratar do assunto em outro projeto de lei.

Após a aprovação da matéria, o presidente da CAE, Delcídio do Amaral (PT-MS), leu

manifestação de voto enviada por Ivo Cassol (PP-RO), que informou sua opinião de que a ajuda de custo está sendo reduzida não por ilegalidade em seu pagamento, mas por estar incluída no esforço de corte de despesas empreendido pelo Senado.

O PDS 71/11 determina ainda a proibição do pagamento desse adicional ao suplente reconvocato dentro do mesmo mandato e ao parlamentar convocado para sessão legislativa extraordinária. As medidas propostas deverão começar a valer a partir da publicação do decreto legislativo que se originar do projeto.

Próximos passos

Veja o caminho do PDS 71/11 depois de aprovado na CAE

- ▼ **Comissão Diretora do Senado:** deve receber o projeto hoje e tem 15 dias úteis para apreciar a matéria, renováveis por mais 15.
- ▼ **Plenário:** ao chegar ao Plenário, com os pareceres da CAE e da Comissão Diretora, o projeto deverá ser incluído, em até um mês, na ordem do dia (pauta de votações).
- ▼ **Câmara dos Deputados:** caso aprovado no Senado, por maioria simples (41 votos), o projeto será enviado à Câmara.
- **Publicação do decreto legislativo:** se aprovado na Câmara, o decreto será publicado no *Diário Oficial do Senado* e no *Diário Oficial da União*.

Fonte: Assessoria da CAE, com base no Regimento Interno do Senado

Audiência hoje debate situação das Centrais Elétricas do Pará

Hoje a Comissão de Assuntos Econômicos faz audiência pública, às 14h, para discutir a situação das Centrais Elétricas do Pará (Celpa). A empresa entrou em fevereiro com pedido de recuperação judicial alegando que precisa equilibrar as finanças e garantir a continuidade dos serviços.

O pedido de audiência foi feito por Flexa Ribeiro (PSDB-

PA) e Delcídio do Amaral (PT-MS), preocupados com o abastecimento de energia, não apenas no Pará — o Grupo Rede, que controla a Celpa, mantém distribuidoras em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e parte de São Paulo e do Paraná.

Devem participar o governador do Pará, Simão Jatene; o presidente da Eletrobras,

José da Costa Carvalho Neto; o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Nelson Hübner; o secretário executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann; o presidente do Conselho de Administração do Grupo Rede, Jorge Queiroz de Moraes Júnior; e o representante do Sindicato dos Urbanitários

do Pará, Ronaldo Romeiro.

A CAE também aprovou que o advogado Luiz Fernando Valente de Paiva esteja entre os convidados para audiência sobre os cinco primeiros anos da Lei de Falências e que o economista Michal Gartenkraut e o advogado Hamilton Dias de Souza estejam entre os debatedores sobre desonerações tributárias.

Collor pede tolerância com diferenças culturais



Fernando Collor

Os últimos ataques terroristas na Europa foram objeto de análise de Fernando Collor (PTB-AL), que preside a Comissão de Relações Exteriores (CRE). Ele mencionou o massacre na Noruega, no ano passado, que vitimou 76 pessoas, perpetrado por um neonazista, e o de Toulouse, na França, na semana passada, em que um extremista islâmico atirou contra três militares franceses muçulmanos e contra uma escola judaica, matando três crianças e um rabino.

— A xenofobia parece imperar em um continente que foi forte sempre na defesa das correntes migratórias, que enriqueceram a nacionalidade de muitas nações, como o Brasil.

Para o senador, o Brasil é um exemplo positivo, por sua diversidade étnica e cultural. No país, disse, “não há guetos”, e os imigrantes são recebidos com mente aberta e seguros de que enriquecerão a realidade do país com suas experiências.

Humberto lamenta crime que matou líder do MST



Humberto Costa

O assassinato de Antonio Tiningo, líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Pernambuco, foi lamentado por Humberto Costa (PT-PE).

— Tiningo foi vítima de uma covarde emboscada na sexta-feira, em Jataúba [PE]. Recebeu dois tiros quando trafegava com sua esposa ao longo de uma estrada que ligava dois assentamentos do MST — relatou.

O senador disse que é “trágica e tensa” a situação dos conflitos agrários no país e reafirmou a importância da reforma agrária. Ainda sobre o crime, ele disse que, segundo a polícia, deve ter sido uma morte encomendada.

— Desde fevereiro, Tiningo vinha recebendo ameaças — afirmou.

Humberto solidarizou-se com a família do militante e pediu empenho às forças policiais para o esclarecimento dos fatos. Disse que os responsáveis pelo atentado e os mandantes precisam ser punidos para que não se incentivem crimes similares.

Após reunião com a Frente de Combate à Corrupção, procurador-geral da República encaminhou pedido para investigar suspeitos de envolvimento com jogo ilegal

Caso Demóstenes: pedido de inquérito chega ao Supremo

CHEGOU AO SUPREMO Tribunal Federal (STF) o pedido do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, para que sejam investigados os suspeitos de envolvimento com jogo ilegal que têm foro privilegiado, inclusive Demóstenes Torres (DEM-GO). O pedido foi feito após reunião com parlamentares que integram a Frente de Combate à

Corrupção. Segundo investigações da Polícia Federal, Demóstenes teria recebido presentes de Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, preso em fevereiro sob acusação de explorar jogo do bicho e máquinas caça-níqueis em Goiás, com quem teria trocado cerca de 300 ligações.

Gurgel também encaminhou ao STF solicitação feita por parlamentares para que seja dado acesso aos documentos das investigações policiais ainda mantidos sob sigilo. A intenção é avaliar a possibilidade de pedir abertura de processo no Conselho de Ética do Senado contra Demóstenes.

O líder do PT, Walter Pinheiro (BA), foi um dos parlamentares que enviaram novo pedido de esclarecimentos sobre o caso a Gurgel. O ofício foi assinado também por Lídice da Mata (PSB-BA) e Acir Gurgacz (PDT-RO).

Para Jayme Campos, denúncias fragilizam DEM

Jayme Campos (DEM-MT) admitiu ontem que as denúncias contra Demóstenes fragilizam o partido.

— É um fato político que naturalmente ninguém estava esperando, diante da participação ativa e proativa do senador Demóstenes — afirmou.

Ele não quis comentar o afastamento do colega da liderança do partido, alegando que foi uma decisão pessoal de Demóstenes. O posto de líder do DEM será ocupado pelo presidente da sigla, José Agripino (RN).



Corregedor do Senado, Vital quer acesso ao relatório da polícia

Na segunda-feira, Pedro Taques (PDT-MT), Ana Amélia (PP-RS) e Jorge Viana (PT-AC) cobraram explicações de Demóstenes.

Segundo Pinheiro, só após manifestação da procuradoria e avaliação dessas informações é que Demóstenes pode ser investigado pelo Conselho de Ética.

— Ao Parlamento, cabe julgar a quebra de decoro de seus integrantes. Não há nenhum processo de investigação oficial contra os parlamentares. Queremos, por enquanto, que um processo seja aberto. Precisamos disso até para que possamos tomar as providências — afirmou Pinheiro.

O corregedor do Senado, Vital do Rêgo (PMDB-PB), confirmou ter enviado ao procurador-geral solicitação para ter acesso a relatório da Polícia Federal que supostamente registra conversas entre Demóstenes e Cachoeira.

A revista *Carta Capital*, na edição do último fim de semana, publicou o que afirma ser o teor de um relatório da Polícia Federal no qual Demóstenes é acusado de receber recursos do esquema de exploração de jogos ilegais de Cachoeira. Reportagem do jornal *O Globo*, na sexta-feira, fala de um pedido de dinheiro feito pelo senador goiano ao contraventor.

Demóstenes diz que irá à tribuna após ver os autos

Em ofício ao presidente do Senado, José Sarney, Demóstenes declara que se manifestará na tribuna do Plenário, como cobraram vários parlamentares, após ter acesso aos autos.

No documento, Demóstenes informa seu afastamento da liderança do DEM para “acompanhar a evolução dos fatos e versões noticiados nos últimos dias”. O senador reafirma exigir profunda e meticulosa investigação, pelo foro adequado, caso haja alguma suspeita sobre o seu procedimento.

Mário Couto: Brasil está cansado do governo do PT



Mário Couto

“Os vários episódios ocorridos nos últimos meses de renúncias e demissões de ministros e membros do alto escalão do governo, por envolvimento em escândalos relativos

a desvios de verbas públicas, deveria ser motivo para uma rejeição total do povo brasileiro à administração petista”, opinou Mário Couto (PSDB-PA).

— Será que esta pátria, de filhos tão nobres, não está cansada de ver tanta corrupção? — questionou.

O senador destacou as denúncias de má gestão de obras envolvendo servidores do Ministério dos Transportes e vários outros. Disse ainda que o governo teria condições de conceder aos aposentados um reajuste de seus benefícios maior que os 6,08% deste ano. Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que se o critério de aumento do salário mínimo fosse aplicado para as aposentadorias, haveria um “estouro do Orçamento no âmbito da Previdência.”

Alfredo Nascimento comemora decisão do TSE



Alfredo Nascimento

Alfredo Nascimento (PR-AM) comemorou a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), tomada na semana passada, de negar ao Democratas e ao deputado federal Pauderney Avelino (DEM-AM) recurso pedindo a cassação de seu diploma de senador, sob a acusação de arrecadação e gastos ilícitos na campanha eleitoral de 2006.

O senador lembrou que recebeu mais de 620 mil votos, mas teve de enfrentar pedido de cassação junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas e depois o recurso ao TSE.

— Divido a alegria de ter tido reconhecida pelo TSE a legitimidade de meu mandato. De ver rechaçadas as acusações mentirosas assacadas contra mim por adversários derrotados nas urnas. De ver comprovada a maturidade e a isenção da Justiça Eleitoral, que não se verga perante interesses menores nem distorce os fatos para contribuir com o jogo político — disse.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Comissão faz novo convite à ministra da Cultura

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) decidiu ontem reiterar o convite à ministra da Cultura, Ana de Hollanda, para uma audiência pública sobre denúncias de favorecimento da pasta ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) e, agora, também sobre as prioridades do ministério para 2012.

A renovação do convite e a ampliação da pauta foram sugeridas pelo presidente da CE, Roberto Requião (PMDB-PR), para alcançar consenso entre o autor do primeiro requerimento, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), que criticou o fato de a ministra ter ido à Câmara e não atender ao convite do Senado, e Ana Rita (PT-ES), que observou que a ministra foi à Câmara falar sobre prioridades.

A CE também aprovou audiências sobre cotas de patrocínio da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) aos clubes, instituição do Dia Nacional de Doenças Raras e projeto do Ato Médico.

Vai para votação final projeto estabelecendo que União promoverá programas intersetoriais em colaboração entre os sistemas de ensino

Idosos poderão ser beneficiados por Educação de Jovens e Adultos

A EDUCAÇÃO DE jovens e adultos, regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, poderá beneficiar também os idosos. Esse é o objetivo do projeto de lei do Senado (PLS 651/11), de Gim Argello (PTB-DF), que recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O projeto ainda será analisado, em votação final, pela Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Segundo a proposta, a oferta da modalidade de educação de jovens e adultos, quando destinada a idosos, ocorrerá em colaboração entre os sistemas de ensino. Caberá à União, nesse sentido, promover programas intersetoriais nas áreas de educação, cultura, saúde e assistência social, assegurando-se “o cuidado com o corpo, mediante concurso de espaços e equipamentos apropriados e presença obrigatória de



Roberto Requião e Paulo Bauer participam da sessão que aprovou o projeto

profissionais da saúde e de educação”.

Em seu voto favorável, o relator do projeto, Armando Monteiro (PTB-PE), recordou que, segundo o censo de 2010, já existem 18 milhões de brasileiros com mais de 60 anos. O número deverá subir para 40 milhões em 2030, segundo previsões do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

— Essa é uma realidade

para a qual devemos estar preparados. Ela já chegou e precisamos enfrentá-la com a mesma competência que o Japão, o Canadá e outros países desenvolvidos o fazem. Em nosso país, é fundamental tratar das políticas sociais dos idosos, sob o enfoque educacional — afirmou Armando.

Também foi aprovado pela comissão o Projeto de Resolução 45/11, de autoria dos senadores Lídice da Mata

(PSB-BA) e Paulo Paim (PT-RS), que institui no Senado a Comenda Senador Abdias Nascimento, destinada a personalidades que tenham oferecido “contribuição relevante à proteção e à promoção da cultura afro-brasileira”. O projeto, que recebeu voto favorável do relator, Inácio Arruda (PCdoB-CE), será ainda analisado pela Comissão Diretora.

Classificação etária

A pedido do relator, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), foi retirado de pauta o PLS 18/06, que estabelece classificação por faixa etária para presença de menores em atividades culturais audiovisuais. O relator informou ter recebido nota técnica sobre o tema elaborada pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e pediu um prazo maior para examinar o assunto.



Isonção de IPI é medida paliativa, afirma Aloysio

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse ontem que o governo vem combatendo os maus resultados da economia, concedendo desonerações para determinados setores da indústria, como as isenções de IPI, sem nenhuma medida estruturante.

— Eu me pergunto até quando a estrutura, o alicerce do edifício da economia brasileira vai aguentar esse “puxadinho” — criticou o senador.

Em aparte, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) lembrou que a redução do IPI afeta estados e municípios já que a arrecadação é dividida entre todos os entes federados.

Anibal elogia entrevista de Dilma sobre economia

Anibal Diniz (PT-AC) parabenizou a presidente Dilma Rousseff pela entrevista publicada nesta semana pela revista *Veja*. Ele afirmou que a presidente deu respostas objetivas e demonstrou tranquilidade e confiança.

Segundo o senador, a presidente disse concordar com os empresários sobre a necessidade de reduzir impostos e aumentar investimentos privados e estatais. Ele destacou a prorrogação, por mais três meses, da redução de IPI para fogões, geladeiras e máquinas de lavar, com extensão a móveis, laminados, luminárias, lustres e papéis de parede.



Viana critica bancos por continuarem elevando os juros

Jorge Viana (PT-AC) disse que a elevação dos juros pelos bancos públicos e privados é um contrassenso diante do ciclo de reduções da taxa Selic pelo Banco Central.

— Os juros altos diminuem o consumo, o que prejudica a venda das empresas. Com isso, as empresas não crescem, temos menos emprego e a economia encolhe — comentou.

O senador cumprimentou a presidente Dilma Rousseff por ter reunido dirigentes das 25 maiores empresas para firmar compromisso pela retomada do crescimento e disse esperar que o país tome medidas para aumentar a inclusão social.

ICMS igual aumenta desigualdade entre estados, diz Maldaner

Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que, se aprovado, o Projeto de Resolução (PRS) 72/10 prejudicará vários estados. O texto, de Romero Jucá (PMDB-RR), uniformiza as alíquotas do ICMS nas operações interestaduais com importados e foi apresentado para dar fim à chamada guerra fiscal, mas também passou a ser visto como instrumento para apoiar a indústria nacional.

Maldaner disse que o ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega afirmou recentemente que os incentivos não são os principais responsáveis pelo grande aumento das importações nos últimos anos.



Vanessa aponta dois tipos de guerra fiscal entre os estados

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirmou que é preciso distinguir dois tipos de guerra fiscal no Brasil: uma que dá incentivos em tributos estaduais para o processo produtivo e outra que favorece produtos importados. Segundo a senadora, é preciso acabar com a “guerra dos portos”, que é o incentivo fiscal a importados.

Em aparte, Magno Malta (PR-ES) agradeceu a solidariedade da senadora com os interesses de estados como o Espírito Santo, e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) pediu que os estados mais ricos sejam solidários com os que têm menos recursos.

Requião cobra medidas contra desindustrialização

Roberto Requião (PMDB-PR) voltou a alertar para o risco da desindustrialização do Brasil. Apesar desse processo ter sido iniciado na década de 1980 e acelerado na década seguinte, disse, o governo da presidente Dilma Rousseff ainda não tem “uma política consequente de industrialização”.

— O Brasil precisa ter uma estratégia de desenvolvimento industrial, de política comercial, e não vejo isso no governo Dilma — disse Requião.

Para o senador, as medidas já adotadas são quebra-galho, e não uma política verdadeira de crescimento industrial. Entre as medidas sugeridas por ele, está o corte de juros.

Bauer quer proibir carro velho em transporte escolar

Paulo Bauer (PSDB-SC) apresentou projeto de lei que proíbe o uso de veículos com mais de dez anos para transportar estudantes.

— Nosso projeto tem por objetivo proteger as crianças de mais um fator de risco no trânsito — disse.

Ex-secretário de Educação de Santa Catarina, o senador afirmou ainda

receber reclamações de pais, preocupados com a segurança dos filhos. Audiência na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) em novembro revelou que a média de idade da frota nacional de transporte escolar é de 16,5 anos. No Nordeste, a situação é pior: 41% dos veículos têm mais de 20 anos de uso.

Paulo Davim cobra cumprimento de resolução da ANS



Gerardo Magela/Agência Senado

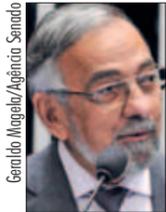
Paulo Davim (PV-RN) cobrou dos planos de saúde o cumprimento da resolução da Agência Nacional de Saúde Suplementar que reduz prazos para autorizar consultas, exames e atendimento de urgência.

— Está havendo um desrespeito flagrante, trazendo prejuízos aos usuários.

— Está havendo um desrespeito flagrante, trazendo prejuízos aos usuários.

Para ele, as operadoras não se adequaram à nova realidade do Brasil, com a ascensão de milhões de cidadãos à classe C.

Para Capiberibe, energia será federalizada logo



Gerardo Magela/Agência Senado

João Capiberibe (PSB-AP) disse acreditar estar próxima a federalização da Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), resultado de acordo entre o governo do Amapá e o Ministério de Minas e Energia.

— O povo do Amapá pode ter certeza que a situação está acima das divergências partidárias no Congresso.

Ele culpou governo de Waldez Góes pelo sucateamento da CEA e pediu a conclusão do inquérito da Operação Mãos Limpas.

— O povo do Amapá pode ter certeza que a situação está acima das divergências partidárias no Congresso.

Wellington registra homenagem ao petista Zé Pereira



Gerardo Magela/Agência Senado

Wellington Dias (PT-PI) mencionou homenagem feita em Florianópolis (PI) a um ícone do PT piauiense, José Pereira da Silva, que empresta o nome a um conjunto do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Morto em 1994, o agricultor foi o primeiro dirigente municipal da legenda no estado. Segundo o senador, Zé Pereira chegou a abrigar o então sindicalista Lula em sua casa. Certa vez, vendeu uma cabra para comprar o livro de atas do diretório.

Representantes de entidades de mulheres e da OAB, ouvidas ontem em audiência pública, disseram que a falta de investimento por parte dos estados e a lentidão da Justiça agravam o problema no país



Ana Rita (2ª à esq.) e deputadas Jô Moraes e Keiko Ota observam Meire Lúcia Monteiro, da OAB: lei avançou, mas falta cumprir

Lia de Paula/Agência Senado

Mulheres criticam falta de recursos contra violência

OS GOVERNOS ESTADUAIS ainda destinam poucos recursos para combater a violência contra a mulher, disse ontem no Senado a representante da Marcha Mundial das Mulheres, Sonia Coelho Orellana. Ela participou de audiência pública da comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) que investiga a violência contra a mulher. Também foram ouvidas no debate representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da União Brasileira de Mulheres (UBM).

— É impossível enfrentar a violência contra a mulher se os governos não têm orçamento para isso. Precisamos de fundos públicos que tenham verbas direcionadas para o problema — afirmou Sonia.

Ela destacou que o número de equipamentos públicos

para enfrentar a violência e acolher as vítimas, como centros de referências, casas-abrigos, delegacias, juzizados especializados, defensorias e promotorias especializadas, é insuficiente e concentrado nas capitais.

Meire Lúcia Monteiro, da OAB, apresentou dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (Pnad) de 2009, do IBGE, segundo a qual 25,9% das mulheres agredidas no país foram vítimas de seus cônjuges ou ex-cônjuges.

Meire Lúcia afirmou que, apesar dos avanços na legislação, há falha na execução das leis. Ela ressaltou que a lentidão da Justiça atrapalha o combate à violência.

A representante da OAB defendeu a aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) 37/10,

de Lúcia Vânia (PSDB-GO), que determina, nos casos de violência doméstica, um prazo máximo de 48 horas para a conclusão dos inquéritos policiais.

Segundo Ana Carolina Barbosa, da UBM, pesquisa da entidade com a Secretaria de Políticas para as Mulheres revelou que 76% das mulheres não conhecem as varas adaptadas da Lei Maria da Penha; 71% desconhecem serviços de abrigo; 67% não conhecem uma defensoria pública; e 32% não sabem onde ficam as delegacias especializadas.

A CPI mista que investiga a violência contra a mulher é presidida pela deputada Jô Moraes (PCdoB-MG) e tem como relatora a senadora Ana Rita (PT-ES).

Lauro Antônio quer geração de energia a partir do lixo



Gerardo Magela/Agência Senado

A transformação de resíduos sólidos em energia a partir de usinas de processamento pode ser solução para os lixões e aterros sanitários. A proposta é de Lauro Antônio (PR-SE). Segundo ele, o Brasil produz 180 mil toneladas de detritos domésticos por dia, o que poderia substituir 263 mil barris de petróleo na geração de energia. Estados Unidos e Japão estão entre os países que adotaram usinas de energia a partir do lixo.

Cícero defende lei para enviar remédio via correio



Gerardo Magela/Agência Senado

Cícero Lucena (PSDB-PB) fez apelo à Câmara para que seja votado projeto de lei de sua autoria que permite ao Serviço Único de Saúde (SUS) fornecer, pelos correios e agentes comunitários, remédios de uso contínuo não sujeitos a controle especial. A proposta (PLS 28/07) foi aprovada no Senado e seguiu à Câmara em 2007. Segundo o senador, muitos tratamentos têm sido interrompidos pela falta dos remédios e pela dificuldade de pacientes para recebê-los.

— O Banese se tornou um instrumento vital na superação dos índices de pobreza e de subdesenvolvimento.

Valadares exalta boa gestão do Banco de Sergipe



Gerardo Magela/Agência Senado

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) destacou “o auspicioso papel” que o Banco do Estado de Sergipe (Banese) vem tendo no desenvolvimento social.

— O Banese se tornou um instrumento vital na superação dos índices de pobreza e de subdesenvolvimento.

O Banese foi um dos cinco bancos que não foram privatizados no governo Fernando Henrique. Em 2011, o banco aumentou sua participação no PIB sergipano de 0,9% para 1,22%.

Evento no Senado debate saúde feminina

Os participantes do Fórum Saúde da Mulher no Século 21 alertaram ontem para a necessidade de conscientizar a população feminina sobre o aumento dos casos de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) no país. No encontro, também foram apresentados números do Instituto Nacional de Câncer (Inca) indicando que o Brasil terá 52,6 mil novos casos de câncer de mama e 17,5 mil de colo do útero neste ano.

— O Brasil tem uma das mais avançadas legislações de saúde do mundo. O desafio é transformar a lei em prática — disse Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), na abertura do



Senadora Vanessa Grazziotin (E) na homenagem à ministra Ideli Salvatti (C)

Jefferson Ruy/Agência Senado

evento, no auditório do Interlegis, do Senado.

A parlamentar é autora de projeto (PLS 238/11) que garante vacinação gratuita contra o papilomavírus humano (HPV) às mulheres com idade

entre 9 e 40 anos.

Também participou do encontro a ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, que foi homenageada com o Prêmio Ação Responsável — Destaque em Saúde 2012.

Servidor do Senado ganha praça de alimentação

Os servidores e visitantes do Senado ganharão hoje, às 11h15, uma praça de alimentação entre o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e a Secretaria de Assistência

Médica e Social (Sams).

Desde a inauguração, a praça de alimentação do Espaço do Servidor terá um restaurante de grelhados e uma lanchonete, ambos da rede Naturesse.

Brevemente, também terá um restaurante de massas e risotos, gerido pelo Senac.

A praça de alimentação funcionará o dia todo e terá serviço de entrega.

O espaço oferece acesso à internet sem fio (*wi-fi*) do Senado e, em breve, terá televisores com a transmissão dos canais da TV Senado. A praça tem lugar para 330 pessoas.